

## EDITORIAL

A Revista de Ciências Jurídicas tem a grata satisfação de inserir em seu conteúdo a produção científica em língua estrangeira, ampliando o acesso de suas informações para além das fronteiras nacionais, fato que já tem sido em parte viabilizado pela permuta feita com Revistas estrangeiras (em especial as espanholas).

Neste sentido, sob o título **The Brazilian Judicial Protection of the Social Inclusion**, **Jônatas Luiz Moreira de Paula** apresenta seus estudos sobre as políticas públicas de inclusão social, apresentando o seu estado da arte no sistema brasileiro. Para tanto, passa pela visão sobre a complexidade da sociedade brasileira, invocando dados que permitem o desenvolvimento do estudo para suas propostas de repensar o contrato social entre outros pontos, objetivando uma reflexão para mudanças de posturas governamentais a partir de uma adequada intervenção do Poder Judiciário.

Em seguida, **Juan Manuel Bermúdez Requena** viabiliza aos leitores brasileiros a possibilidade de realizar um estudo de Direito Comparado a partir de seu texto, intitulado **El Proceso Penal Español por delitos de injuria o calumnia contra particulares**. Através de uma abordagem sobre as atualidades e especificidades procedimentais do processo penal para os crimes de injúria e calúnia, o artigo possibilita ao estudioso brasileiro compreender, passo a passo, os trâmites processuais que envolvem a apuração de tais crimes.

Por seu turno, **Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira e Maria Beatriz Gomes de Lima** apresentam uma abordagem sobre a **História do Pensamento Jurídico: Hermenêutica e Modernidade**, através do qual extraem das correntes hermenêuticas formuladas pelas chamadas Jurisprudência dos Conceitos, Jurisprudência dos Interesses e Jurisprudência dos Valores, uma compreensão do fenômeno histórico cultural em seu aspecto prático, apresentando os resultados decorrentes da primeira fase de suas investigações sobre o tema.

**Omar Simão Chueiri** apresenta os resultados de um projeto de pesquisa institucional com o artigo sob o título **Acesso à Justiça – Assistência Judiciária – Cumprimento da Norma Constitucional – A Defesa dos Excluídos**. Analisando o funcionamento da Assistência Judiciária no Direito brasileiro, o estudo procura sistematizar os mecanismos de proteção dos excluídos, ao mesmo tempo em que aponta as deficiências estatais para tal finalidade.

Tratando da tutela específica do artigo 461 do Código de Processo Civil, **Airton José Checchin e Aline Fátima Morelato** abordam a **Obrigação de Fazer e Não Fazer em Face do Estado**, elencando alguns aspectos controvertidos

sobre o tema, com indicações jurisprudenciais para delinear os caminhos para a eficácia do instituto.

O artigo **Ensino Jurídico como uma forma de Intervenção Globalizada**, de **Ana Carolina Couto Matheus**, amplia a discussão sobre o contexto envolvendo a educação no Direito, com o tratamento das relações entre professor e aluno, sob a ótica da globalização e o papel da sociedade contemporânea, apresentando os desafios a serem enfrentados para o tratamento da crise que a área jurídica enfrenta.

Com o artigo intitulado **Os Direitos Fundamentais Sociais e a Mundialização do Capital**, **Rui Ghellere Ghellere** trata do Estado Social de Direito e as dificuldades que o mesmo enfrenta para atender aos direitos dos cidadãos. Assim, diante de uma visão panorâmica sobre o tratamento dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, conclui com apontamentos sobre a responsabilidade estatal voltada para a sua garantia.

Analisando a proteção dos indivíduos pela prestação da Assistência Judiciária e seu órgão representativo, **José Vinicius de S. Rocha** apresenta seu estudo sob o título **A Atuação Sindical e o Direito Fundamental de Acesso à Justiça**, fazendo aplicar a garantia constitucional em função da hipossuficiência econômica do trabalhador, anotando o papel da atuação sindical neste âmbito, alertando para uma maior eficácia no funcionamento e cumprimento da Constituição Federal para este fim.

Na mesma esteira da proteção constitucional atribuída aos direitos fundamentais, em especial à categoria das pessoas beneficiadas pela assistência jurídica gratuita, **Kátia da Silva Soares Barroso** e **Lucienne Borin Lima** apresentam o artigo **Direito Fundamental à Defensoria Pública**, aproveitando sua experiência no exercício da função de Defensoras Públicas no Estado do Mato Grosso do Sul, onde a atividade já tem sido prestada há um tempo razoável, contribuindo para reafirmar a sua importância para o Direito brasileiro.

Nesta edição, apresentamos ao final a lista de periódicos com os quais a Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar realiza permuta, demonstrando sua presença nas mais diversas bibliotecas, nacionais e estrangeiras.

Prof. Dr. Paulo Roberto de Souza  
Prof. Dr. Celso Hiroshi Iocohama  
Editores